



O DISCURSO CITADO NAS REPORTAGENS TELEJORNALÍSTICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL NACIONAL

THE DISCOURSE OF TV BROADCASTING REPORTS: AN ANALYSIS FROM THE “JORNAL NACIONAL”

Leticia Afonso Rosa Garcia¹

RESUMO: Desde o seu surgimento, há 37 anos, o Jornal Nacional (Rede Globo) sempre foi líder de audiência. Tal hegemonia tornou o telejornal referência de informação. Uma reportagem sobre a compra do dossiê contra políticos tucanos veiculada no JN no dia 15 de setembro de 2006 é o corpus dessa pesquisa que tem como objetivo investigar como se constitui o discurso relatado no telejornalismo a partir do formato informativo reportagem e identificar as marcas de heterogeneidade mostrada e marcada que aparecem na mensagem. Para isso, definem-se as duas ordens de heterogeneidade de acordo com Authier-Revuz e as modalidades de citação, de acordo com Benites. Apresenta-se também a definição do formato reportagem e dos elementos que a compõem. Na análise observou-se a grande quantidade de citações tanto no discurso direto quanto indireto com o objetivo de isenção de responsabilidade e aumento do grau de fidelidade e autoridade ao discurso citante.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo, reportagem, discurso citado, heterogeneidade, Jornal Nacional.

ABSTRACT: Since the beginning, which was thirty seven years ago, “Jornal Nacional” (from Globo network) was always an audience leader. Such hegemony made the telejournalism a reference of information. A report about the purchase of a dossier against politicians from the “tucano” party, which was showed by Jornal Nacional on September 15th in 2006, is the corpus of this research. This research aims at investigating how it was constitute the discourse of the TV broadcasting from the informative format, that is, the report, and at identifying traces of heterogeneity showed in its message. So, two heterogeneity concepts were defined: the Authier-Revuz and the modalities of citation based on Benites. It is also presented the definition of the report format and its elements. In the analysis, it was observed the great quantity of citations, such as in the direct discourse as in the indirect one, in order to eliminate the responsibility and increase the fidelity and authority level of the cited discourse.

KEYWORDS: TV broadcasting, cited discourse, heterogeneity, Jornal Nacional.

¹ Jornalista graduada pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PR). Professora do curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Paranaense (UNIPAR). leticiarosa@unipar.br



Um dos discursos midiáticos que mais está presente na vida diária dos brasileiros é o televisivo. Pode-se dizer sem riscos de errar que assistir televisão tornou-se um hábito presente em praticamente cem por cento das famílias. Como forma de diversão, entretenimento ou fonte de informação o fato é que o eletrodoméstico que chegou ao Brasil em 18 de setembro de 1950 veio para ficar e ocupar lugar de destaque entre os veículos de comunicação. “No caso brasileiro, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação. Ela desfruta de um prestígio tão considerável que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população.” (REZENDE, 2000, p. 23)

Na trajetória brasileira de quase 59 anos, muitas emissoras nasceram, desenvolveram-se e entraram para a história da televisão brasileira, nesse contexto, em virtude do objeto de estudo deste artigo e do papel que ela ocupa na sociedade e meios de comunicação nacionais, é preciso ressaltar o surgimento e a consolidação da Rede Globo de Televisão, no ar desde o dia 26 de abril de 1965 sempre liderando os índices de audiência como a preferida entre a maioria dos brasileiros. Realidade manifestada em números que demonstram o predomínio em todo território nacional:

Nenhum outro órgão de mídia tem o alcance da Rede Globo. Não é por acaso que, se algo acontece em qualquer cidade do Brasil, é na Globo que os brasileiros se informam em primeiro lugar. Apenas a Rede Globo está presente, com repórteres, cinegrafistas e editores, nos 27 estados brasileiros, em 117 municípios, cobrindo literalmente o Brasil inteiro. Ao todo, são 4.500 jornalistas para contar aos brasileiros o que acontece no país. É igualmente ampla a cobertura internacional. (TV GLOBO, 2004, p. 12)

Alguns fatores podem ser destacados para explicar um nascimento tão significativo, o primeiro deles, a TV Globo teve desde o início os melhores equipamentos, o que resultou em qualidade de transmissão e de imagem, o dinheiro para tamanho investimento teria vindo de um acordo ilegal de injeção de capital estrangeiro chamado Time Life, para implantar uma emissora nos padrões norte-americanos.

Um segundo fator foi a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) também em setembro de 1965, vivia-se o começo da era das comunicações. O Brasil, um país de dimensões continentais, somado ao espírito de “integração nacional” estimulado desde 1950 com a construção de Brasília e apoiado pelos governos militares desde 1964, prepararam o caminho



para o estabelecimento da Rede Globo e o surgimento do primeiro telejornal em rede que foi ao ar dia primeiro de setembro de 1969, o Jornal Nacional.

É a partir do lançamento do JN que a produção jornalística se consolida nas emissoras brasileiras, a maioria delas segue como modelo de produção telejornalística o formato global copiado dos telejornais norte-americanos. Desde o seu surgimento, há 37 anos, o Jornal Nacional sempre foi líder de audiência, aspectos como esses justificam a escolha do objeto de análise a ser aqui apresentado, uma reportagem da edição do Jornal Nacional do dia 18 de setembro de 2006. O objetivo da pesquisa é investigar como se constitui o discurso relatado no telejornalismo a partir do formato informativo reportagem e identificar as marcas de heterogeneidade mostrada e marcada que aparecem na mensagem para evidenciar tal modalidade de discurso.

Para isso, inicialmente distinguiremos as duas ordens de heterogeneidade de acordo com Authier-Revuz: a constitutiva e a mostrada e as modalidades de citação, de acordo com Benites. Em seguida, definiremos o formato jornalístico reportagem, seus elementos estruturais e o processo de edição necessário para a junção das linguagens verbal, sonora e visual. Por último, serão analisadas as marcas deixadas na superfície textual da reportagem para que se compreenda como se constitui o discurso relatado no telejornalismo.

O OUTRO PRESENTE DA CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS

Todo discurso manifesta a presença de outros discursos. Como afirma Bakhtin (1990), a linguagem é por natureza dialógica, já que nela se cruzam as palavras dos outros. Todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, não há discurso que seja genuinamente inovador, ele é heterogêneo por propriedade.

Como exemplifica Bakhtin, “dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala” (BAKHTIN, 1990, p. 71). Tal comparação evidencia a influência do exterior na determinação do interior, do pensamento, na organização dos discursos, ou seja, fora do social a linguagem não pode ser concebida. Por isso, pode-se dizer que todo texto é constitutivamente dialógico.

É em torno dessa idéia que Bakhtin desenvolveu o princípio da dialogicidade da linguagem em que a enunciação é compreendida como um fazer coletivo (várias vozes). Isso



significa dizer que há um diálogo constante entre os discursos de uma sociedade, diálogo aqui compreendido como uma interação constitutiva de toda e qualquer produção textual.

O dialogismo é o princípio filosófico fundador de todas as concepções de Bakhtin. A polifonia, por exemplo, pressupõe o dialogismo. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (1981, p. 04) caracteriza a polifonia como a multiplicidade de vozes e consciência independentes e distintas que representam pontos de vista sobre o mundo. A polifonia ilustra o diálogo que se estabelece entre visões de mundos diferentes: “A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia.” (BAKHTIN, 1981, p. 21)

A reelaboração das falas que está na origem da constituição do dizer é responsável pela heterogeneidade dos discursos. Authier-Revuz (1990) distingue duas ordens de heterogeneidade: a heterogeneidade constitutiva do discurso (que esgota a possibilidade de captar lingüisticamente a presença do outro no um) e a heterogeneidade mostrada no discurso (que indica a presença do outro no discurso do locutor).

Quanto à heterogeneidade constitutiva a autora explica que é da natureza do discurso a diferença, a heterogeneidade, por isso ela é constitutiva, faz parte da constituição do discurso. Trata-se da polifonia formada pelas vozes da história e da cultura (e também, do inconsciente), que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Já a heterogeneidade mostrada revela-se de forma explícita na materialidade textual. Ela, diferentemente da heterogeneidade constitutiva, é a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. A heterogeneidade mostrada, ainda segundo Authier-Revuz (1990) inscreve o outro na seqüência do discurso e divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade lingüística e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade.

A heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. A heterogeneidade mostrada pode acontecer através de formas marcadas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas, o itálico e o metadiscorso do locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques, comentários). Quando não é



marcada, pode-se citar o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da imitação.

Pela heterogeneidade mostrada, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 1990). Por outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo, em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcador recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação...um caráter de particularidade acidental, de defeito local. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31)

Para contemplar esses níveis que marcam a presença do outro na construção do discurso, Ingedore Koch desenvolve o conceito de “intertextualidade em sentido amplo” e “intertextualidade em sentido restrito”. Respectivamente, a autora refere-se e condição de existência do próprio discurso, o que corresponde ao conceito de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz e no segundo caso, a correlação é com a heterogeneidade mostrada, a intertextualidade em sentido restrito representa a relação de uma produção verbal com outras já existentes.

Neste artigo farei apenas a análise das formas marcadas de heterogeneidade mostrada que aparecem na produção textual das reportagens televisivas, para que se possa assim verificar como acontece o movimento dialógico de incorporação de outros discursos manifestados e marcados no enunciado.

HETEROGENEIDADE MOSTRADA: AS MODALIDADES DE CITAÇÕES NO DISCURSO



Como foi apresentada no tópico anterior, uma das formas da heterogeneidade mostrada é a citação em discurso direto e indireto. As duas modalidades são também as formas mais freqüentes de marcar a presença do outro no discurso telejornalístico, como se verificará adiante.

De acordo com Bentes (2002) o discurso indireto

não mantém estável, em sua globalidade, o conteúdo do discurso citado; ele é uma interpretação de um discurso anterior, não a sua reprodução. Por reconstruir, não uma seqüência de palavras, mas o conteúdo proposicional de enunciado-fonte, o discurso indireto resulta na imbricação das palavras do sujeito que cita com as do sujeito citado. (BENITES, 2002, p. 59)

A heterogeneidade mostrada evidencia a presença do outro na constituição do discurso, a citação é um relato desse discurso, em que a repetição integral é impossível, já que o evento enunciativo é outro o aqui agora (tempo e espaço) não se repetem mais. No entanto, para o sujeito o outro se torna invisível no discurso: “essa heterogeneidade é, normalmente, ignorada pelo sujeito, que tem a ilusão de que seu discurso é homogêneo, esquecendo-se de que, no momento de sua construção, foram-lhe incorporados certos enunciados que, uma vez ali inseridos, resultam em um efeito de originalidade.” (BENITES, 2002, p. 56)

Já o discurso direto é como uma teatralização do discurso anterior: “Ao contrário do discurso indireto, em que predomina a interpretação, no discurso direto predomina a repetição, a imitação. Esta é a razão porque o discurso direto autentica os enunciados reportados. Ela dá a segurança que decorre da ilusória sensação de exatidão das citações.” (BENITES, 2002, p. 59-60)

A classificação das citações que nortearão análise do corpus nesse artigo é a proposta por Benites (2002). A autora explica que uma citação pode exercer múltiplas funções e por isso os limites entre uma e outra são frágeis. A classificação, então tem o objetivo de identificar a “operação argumentativa que está por trás da incorporação da voz do outro no discurso em pauta.” (BENITES, 2000, p. 90)

Em algumas situações o locutor citante ao reproduzir o discurso do outro procura manter-se afastado do que será dito, “de forma a não se envolver e, conseqüentemente, não ser dado como responsável por ela, mas apenas como seu retransmissor” (BENITES, 2002, p. 102). Tal modalidade de citação é definida pela autora como “citação de isenção de responsabilidade”.



Há momentos em que a função da citação é dar autenticidade ao discurso citante. “Essa modalidade de citação corresponde à citação réplica de que fala Maingueneau (1976). A palavra “réplica” tem, nesse contexto, o sentido de reprodução, imitação, daí o forte vínculo existente entre essa função e a estrutura de discurso direto.” (BENITES, 2002, p. 105). Essa forma de citação é definida como “citação de fidelidade”.

Em outras situações elabora-se um discurso citante, tanto de forma direta quanto indireta, devido à necessidade de imprimir credibilidade ao argumento do locutor. “(...) aqui o locutor citante ancora a veracidade de sua afirmação na pessoa do locutor citado, cujo conhecimento de causa é inquestionável. Responsabilizado pela afirmação, o locutor citado dá legitimidade ao argumento defendido pelo locutor citante.” (BENITES, 2002, p. 96)

Existem na classificação da autora, outras modalidades de citação, no entanto, neste trabalho foram apresentadas três, pois as mesmas aparecem no corpus a ser analisado.

ELEMENTOS ESTRUTUTRAIS DA LINGUAGEM TELEJORNALÍSTICA

A linguagem televisiva é composta pela combinação de três códigos: a imagem, a palavra e o som. Esses três elementos se caracterizam como linguagens interdependentes que juntas consolidam a mensagem televisual. Enquanto a palavra traz informações concretas sobre o contexto apresentado, dados precisos sobre os acontecimentos, a imagem funciona como uma reprodução do mundo concreto. Já a linguagem sonora refere-se à música, aos efeitos sonoros e ao som ambiente que cooperam com a composição do ritmo do texto e com o grau de realismo das informações. Apesar das suas características e funções individuais, é preciso que haja um “casamento” entre as linguagens.

“Só se faz TV com imagem, mas a palavra tem lugar garantido. Em telejornalismo, a preocupação é fazer com que texto e imagem caminhem juntos, sem um competir com o outro: ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função.” (PATERNOSTRO, 1999, p. 72)



Dentro da classificação de gêneros e formatos existentes na televisão brasileira, nesse artigo optou-se por analisar o formato informativo reportagem, de acordo com a classificação de REZENDE (2000). Para definir as modalidades de gêneros e formatos televisivos, o autor utiliza instrumentos metodológicos de observação da prática telejornalística com amparo em bases teóricas e realiza uma análise comparativa do lugar da palavra em três telejornais no ar no período da pesquisa: Jornal Nacional (Rede Globo), Jornal do SBT (SBT-Sistema Brasileiro de Televisão) e Jornal da Cultura (TV Cultura de São Paulo). A partir de tal estudo o autor classifica os gêneros e formatos presentes no telejornalismo brasileiro.

REZENDE define dois gêneros, o opinativo e o informativo. O primeiro refere-se aos formatos opinativos, em que apresentadores e ou especialistas emitem os seus posicionamentos e análises sobre os acontecimentos. O segundo se refere às notícias factuais, as notícias quentes, do dia a dia; nesse gênero o autor classifica cinco formatos: nota, notícia, reportagem, entrevista e indicador, o que nos interessa aqui, no entanto, é a reportagem que o autor define como:

A matéria jornalística que fornece um relato ampliado de um acontecimento, mostrando suas causas, correlações e repercussões. Em sua estrutura completa constitui-se de cinco partes: cabeça, off, boletim, sonoras (entrevistas) e pé, mas pode configurar-se também sem uma ou mais dessas partes. De modo algum, porém, deve prescindir é da intervenção - direta ou em off - do repórter. (REZENDE, 2000, p. 157)

As partes citadas acima (cabeça, off, boletim, sonora e pé) que compõem a reportagem são chamadas de elementos estruturais da linguagem telejornalística, eles também estão presentes nos outros formatos definidos por Rezende (2000). É importante ressaltar que os tais nomes variam muito de acordo com o autor e a região que se localizam as emissoras de televisão.

O primeiro deles, a cabeça, refere-se ao texto escrito pelo editor lido pelo apresentador do telejornal, geralmente em estúdio. Ela é a abertura da reportagem, a introduz trazendo informações que a convidam para entrar no ar com os desdobramentos do fato. “Por se equivaler ao *lead*, em que estão presentes os principais elementos de um fato (que, quem, quando, como, onde e por quê) funciona como “gancho” para introduzir a notícia e estimular a atenção do telespectador pelo assunto tratado.” (REZENDE, 2000, p. 149)



O segundo, o *off*, é a narração do repórter ou apresentador acompanhado de uma seqüência de imagens do fato, sem que o rosto de quem faz a narração apareça no vídeo.” Nas matérias *em off*, a narração do locutor ou do repórter deve estar harmoniosamente conjugada com as imagens que cobrem o texto lido.” (REZENDE, 2000, p. 149)

Já o boletim ou passagem do repórter (os termos são equivalentes) trata-se da aparição do repórter no vídeo do local onde se desenrola o fato, é o momento em que o repórter assina a reportagem. É também “como a ligação entre trechos de uma reportagem, servindo como ponte no caso de coberturas feitas em dois ou mais lugares distintos” (REZENDE, 2000, p. 149)

O termo sonora refere-se, no sentido genérico, à toda gravação feita em externas, mas designa em particular a fala do entrevistado nas reportagens. É o momento em que a fonte - que pode ser um especialista no assunto ou pessoa envolvida no acontecimento - dá o seu parecer, a sua versão para o repórter. “Os manuais de telejornalismo lembram que se essas falas duram mais de 30 segundos, recomenda-se escutar de novo, sobretudo quando forem usadas em telejornais no horário nobre.” (REZENDE, 2000, p. 149-150)

O último elemento que compõe o formato reportagem, definido por REZENDE (2000) é o pé, também conhecido como nota pé ou nota retorno. Ele tem a função de acrescentar, complementar e/ou reforçar alguns dados da reportagem. Geralmente, são dados que chegaram à redação após o término da edição da reportagem ou informações de serviço como endereço, número de telefone e endereços eletrônicos como sites e e-mails.

A definição de tais elementos estruturais é fundamental para a análise do corpus (uma reportagem televisiva), para que assim, se compreenda como e onde se manifesta o discurso relatado no telejornalismo.

O DISCURSO RELATADO NO TELEJORNALISMO: A REPORTAGEM

O texto jornalístico a ser analisado neste artigo foi veiculado no Jornal Nacional (Rede Globo) no dia 15 de setembro de 2006. Trata-se de uma reportagem, segundo a classificação citada anteriormente de REZENDE (2000), sobre a compra por integrantes do PT do dossiê contra políticos. Nessa época, o país estava em período de campanha eleitoral para presidente,



governador, senador e deputado e vivia a instabilidade política gerada com os escândalos do mensalão e das sanguessugas.

De acordo com a Revista Veja de 27 de setembro de 2006, segundo as investigações da Polícia Federal o dossiê falso, que ficou conhecido como dossiegate, estava sendo negociado por assessores do presidente e candidato Lula (Freud Godoy, Gedimnar Passos e Ricardo Berzoini) com dinheiro não contabilizado para fins eleitorais – o 1,7 milhão seria utilizado na tentativa de prejudicar o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, acusando-o de envolvimento na máfia das ambulâncias.

Foi nesse contexto político que a reportagem a ser analisada foi produzida. A transcrição do texto foi feita no formato de script (lauda especial para TV com espaços próprios para marcações de imagens e texto), de acordo com as normas técnicas utilizadas em telejornalismo.

Segundo Paternostro (1999, p. 150), o script “possui marcações especiais e espaços para marcações técnicas que devem ser obedecidas na operação do telejornal. Em emissoras informatizadas, o mesmo formato de script foi criado nos terminais para serem escritos textos e matérias. Um conjunto de scripts forma o telejornal.

TJ: Jornal Nacional Assunto: Dossiê		Data:15/09/06
ESTÚDIO FÁTIMA BERNARDES	LOC VIVO	<u>O PRESIDENTE LULA CHAMOU DE ALOPRADOS OS QUE SE ENVOLVERAM NO ESCÂNDALO DA COMPRA DO DOSSIÊ CONTRA POLÍTICOS.</u>
IMAGENS DO PROCURADOR DA RÉPUBLICA MÁRIO LÚCIO E IMAGENS DE ARQUIVO DO EX-DIRETOR DO BANCO DO BRASIL, EXPEDITO VELOSO.	OFF 1	O MINISTÉRIO PÚBLICO QUER QUE O BANCO DO BRASIL INVESTIGUE O EX-DIRETOR DO BANCO, EXPEDITO VELOSO, PARA SABER SE ELE ACESSOU INFORMAÇÕES BANCÁRIAS SIGILOSAS QUANDO NEGOCIAVA A COMPRA DO DOSSIÊ.
GC: Mário Lúcio Avellar	SON 1	A PESSOA PERTENCIA A UM SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E



<p>Procurador da República</p> <p>IMAGENS DA REPORTAGEM PUBLICADA NO JORNAL. APARECE EM DESTAQUE O TRECHO ENTRE ASPAS DA ENTREVISTA DE EXPEDITO PUBLICADA PELO JORNAL.</p> <p>IMAGENS DE ARQUIVO DO PRESIDENTE LULA.</p> <p>FILTRO COM FOTO DO PRESIDENTE E A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LULA À RÁDIOS DE SÃO PAULO.</p>	<p>OFF 2</p> <p>SON 2</p> <p>OFF 3</p> <p>SON 3</p>	<p>OCUPAVA UM CARGO DE PROEMINÊNCIA NO BANCO DO BRASIL, É POSSÍVEL.</p> <p><u>EM ENTREVISTA AO JORNAL O TEMPO DE MINAS GERAIS EXPEDITO DISSE QUE A OPERAÇÃO INTEIRA FOI CHEFIADA PELO EX-ANALISTA DE RISCO DA CAMPANHA DO PRESIDENTE LULA, JORGE LORENZETTI, QUE AGIA COMO INTERLOCUTOR DE RICARDO BERZONIN, PRESIDENTE DO PT.</u></p> <p><u>NUMA ENTREVISTA A RÁDIOS DE SÃO PAULO, O PRESIDENTE LULA DISSE QUE QUEM ESCOLHEU OS ENVOLVIDOS NA COMPRA DO DOSSIÊ FOI RICARDO BERZOINI.</u></p> <p><u>_ VOCÊ ESCOLHE UM COMPANHEIRO PARA DETERMINADA FUNÇÃO. NO CASO DO PESSOAL QUE CUIDAVA DA PSEUDO INTELIGÊNICA DA MINHA CAMPANHA, NEM FUI EU QUE ESCOLHI, QUEM ESCOLHEU FOI O PRESIDENTE DO PARTIDO QUE ERA O COORDENADOR DA CAMPANHA ELEITORAL.</u></p> <p><u>LULA DISSE TAMBÉM QUE NÃO SABIA DE NADA, NEM DA ORIGEM DO DINHEIRO.</u></p> <p><u>_ O QUE EU QUERO SABER NÃO É APENAS DE ONDE VEIO O DINHEIRO. EU QUERO SABER QUEM É QUE MONTOU A</u></p>
--	---	--



<p>FILTRO COM FOTO DO PRESIDENTE E A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE LULA À RÁDIOS DE SÃO PAULO.</p> <p>GC: Guiliana Morrone Brasília</p>	<p>PASS</p>	<p>ENGENHARIA POLÍTICA PRA ESSA BARBÁRIE QUE FOI FEITA. VEJA, PORQUE SE UM BANDO DE ALOPRADOS RESOLVEU COMPRAR UM DOSSIÊ, É PORQUE ALGUÉM VENDEU PRA ELES QUE ESSE DOSSIÊ DEVE TER COISAS DO ARCO DA VELHA.</p> <p>DEZ DIAS DEPOIS DA PRISÃO DE EMISSÁRIOS DO PT COM UM MILHÃO E SETECENTOS MIL REAIS, A POLÍCIA AINDA NÃO SABE DE ONDE VEIO O DINHEIRO. APENAS 25 MIL REAIS ESTAVAM COM UMA FITA DE IDENTIFICAÇÃO DO BANCO.</p> <p>O COAF, O CONSELHO QUE ACOMPANHA OPERAÇÕES FINANCEIRAS JÁ ANALISOU TRANSAÇÕES BANCÁRIAS DOS PETISTAS ENVOLVIDOS E NÃO ENCONTROU SAQUES EXPRESSIVOS. OS INVESTIGADORES ACHAM QUE OS RESPONSÁVEIS PELOS SAQUES NÃO FORAM OS MESMOS QUE NEGOCIARAM A COMPRA DO DOSSIÊ.</p>
<p>ESTÚDIO FÁTIMA BERNARDES</p>	<p>LOC VIVO</p>	<p><u>O BANCO DO BRASIL INFORMOU QUE UMA INVESTIGAÇÃO ENCERRADA HOJE À TARDE CONCLUIU QUE ENTRE JULHO E SETEMBRO O EX-DIRETOR EXPEDITO VELOSO NÃO ACESSOU DIRETAMENTE NENHUMA DAS CONTAS BANCÁRIAS DE PESSOAS ENVOLVIDAS COM O DOSSIÊ.</u> O PRESIDENTE DO PT, RICARDO</p>



<p>TROCA DE CÂMERA E ENTRA SELO COM A FOTO DE RICARDO BERZOINI, PRESIDENTE DO PT</p>	<p>BERZOINI NÃO QUIS GRAVAR ENTREVISTA. O ÚNICO COMENTÁRIO DELE SOBRE AS DECLARAÇÕES DE LULA FOI: “SE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ASSIM FALOU, ESTÁ FALADO.”</p>
--	---

As marcações em negrito indicam a presença do discurso direto, enquanto que as frases em negrito e sublinhadas demarcam o discurso indireto. Portanto, é possível concluir a partir da observação do script acima que as duas modalidades se manifestam no discurso telejornalístico.

Como todo texto jornalístico nasce a partir da busca de dados através de entrevistas com as fontes (entrevistados) ou da pesquisa em documentos diversos, é frequente, principalmente nos gêneros informativos, a presença do discurso relatado, não apenas no texto televisivo, mas no jornalismo de maneira geral.

Na reportagem analisada o discurso indireto aparece na cabeça de abertura da reportagem, ou seja, na primeira frase texto: “O presidente Lula chamou de alopados os que se envolveram no escândalo da compra do dossiê contra políticos”. O texto estruturado em discurso indireto, com destaque na declaração de Lula, deixa evidente o enfoque da reportagem a ser veiculada, nesse caso, destacar a opinião do presidente do Brasil sobre os políticos envolvidos na compra do dossiê. O discurso indireto reproduz o conteúdo da declaração de Lula, identificando textualmente que aquelas palavras são do presidente e não do repórter do telejornal.

Já no decorrer da reportagem, na sonora 3, identificada no script, há a reprodução do trecho da fala de Lula, em que ele define de alopados os envolvidos no escândalo: ” (...)Veja, porque se um bando de alopados resolveu comprar um dossiê, é porque alguém vendeu pra eles que se dossiê tem coisas do arco da velha.” Nesse momento, a televisão utiliza-se do discurso direto para confirmar as informações destacadas na cabeça de abertura em discurso indireto. É a voz do próprio presidente que se ouve e não a do repórter relatando o que ouviu.



A mesma situação ocorre no texto do Off 2, quando o repórter relata novamente a fala do presidente Lula que disse que quem escolheu as pessoas para trabalhar na sua campanha presidencial foi Ricardo Berzoini: “Numa entrevista a rádios de São Paulo, o presidente Lula disse que quem escolheu os envolvidos na compra do dossiê foi Ricardo Berzoini.” Mais uma vez o repórter opta pelo discurso indireto seguido de uma sonora (2), discurso direto, que reproduz tal qual o trecho da fala do presidente sobre o assunto. Novamente, a mesma estratégia discursiva é manifestada no Off 3, em que há a utilização do discurso indireto para apresentar o conteúdo da declaração de Lula, que posteriormente aparece na íntegra na sonora 3.

Assim, de acordo com a classificação proposta por Benites (2002), pode-se observar a ocorrência da citação de isenção de responsabilidade, em que o repórter, por se tratar de um assunto polêmico e comprometedor, que envolvia, mesmo que indiretamente o presidente do Brasil, opta por não se apropriar das palavras da fonte, como forma de se preservar e manter um distanciamento em relação aos dados citados.

Nas análises dos três trechos acima se observa a ocorrência da seqüência off – sonora, que nesse caso se constituiu de discurso indireto seguido de discurso direto. Os offs, nas três ocasiões serviram para introduzir assunto, apresentar o conteúdo da sonora, da declaração da fonte, que viria na seqüência para corroborar o que havia sido enunciado pelo repórter, para dar realismo e credibilidade à reportagem, é como se fosse o momento do repórter deixar claro ao espectador: não sou eu que estou dizendo isso, foi o próprio presidente que disse, veja só. Uma estratégia argumentativa que reforça a isenção de qualquer responsabilidade sobre o que foi veiculado, como também Benites (2002) exemplificou em sua pesquisa.

Como se destacou até então, as citações em discurso direto são manifestadas no telejornalismo com o elemento estrutural chamado sonora e é obrigatório no formato reportagem. Diferente do texto impresso, que utiliza as aspas para marcar a fala do outro, na televisão é a própria fonte que reproduz o seu discurso na tela da TV.

Sendo assim, pode-se dizer que citação em discurso direto no telejornalismo é mais fiel, mais genuína do que a citação em discurso direto do jornalismo impresso? Se na mídia impressa a citação direta, em que se abrem as aspas e se reproduz o que a fonte disse a partir da transcrição do que se ouviu ou até mesmo se gravou em áudio, na TV, a citação direta é a reprise do que se



gravou em áudio e em imagem, isto significa que o telespectador vê e ouve o entrevistado como se fosse o momento no qual a fonte deu a declaração.

Por isso, falar em fidelidade do discurso mesmo na citação direta é arriscado, até porque crer em textos que retransmitem tal qual o que foi dito sem interferência o discurso do outro, é negar a própria natureza heterogênea do discurso, que se constitui de outros dizeres. Talvez seja mais prudente pensarmos em graus de fidelidade, por exemplo, o fato de ver o presidente na tela da TV dizendo o que o repórter disse que ele diria, possa gerar maior credibilidade ao telespectador, mas ainda assim é uma reprodução. O material bruto já passou pelo processo de edição, de escolha do trecho a ser veiculado, e a enunciação reproduzida no vídeo já não é mais a mesma, em virtude da mudança do tempo, do espaço e do critério de escolha utilizado pelo editor.

Ainda assim, observadas as considerações do parágrafo acima, mas buscando identificar o efeito de sentido produzido, Benites (2002) classifica como citação de fidelidade, as citações em discurso direto utilizadas com o objetivo de dar autenticidade ao discurso citante, é o que acontece nas sonoras 2 e 3 da reportagem analisada que também se caracterizam como citação de isenção de responsabilidade, já que as categorias não são excludentes, mas podem se manifestar simultaneamente.

Se nos exemplos analisados até então o autor do texto televisivo, o repórter, não se apropriou das informações transmitidas, mas identificou as fontes de onde cada uma delas vieram, como forma de preservar-se, isso não acontece no off 1 e na passagem, nesses dois únicos trechos da reportagem o repórter não se utiliza do discurso citante, mas assume por ele mesmo as informações que transmite sem dizer quem as divulgou. O texto do off 1: “O ministério público quer que o banco do Brasil investigue o ex-diretor do banco, Expedito Veloso, para saber se ele acessou informações bancárias sigilosas quando negociava a compra do dossiê.” Como pode-se observar não há marcas do discurso indireto, mesmo que as informações tenham sido fornecidas ao repórter por uma fonte, ele optou por não identificá-la, apropriando-se das palavras dela. O mesmo acontece com o texto da passagem, que pode ser observado no script.

Por isso, em ambos os casos, o texto não tem a função de introduzir a fala do entrevistado, a opinião de quem fala, mas de trazer dados concretos, já definitivos e apurados pelos setores responsáveis, em relação ao processo de investigação da compra do dossiê. Nessa



condição, o repórter tem segurança e por isso toma posse do discurso do outro, que vem logo em seguida, em forma de sonora, para dar-lhe respaldo, é o que Benites (2002), classifica como citação de autoridade. Por exemplo, quem proporciona autoridade ao que o repórter disse no off 1 é o Procurador da República, com todo respaldo que seu cargo exerce na sociedade e diante das investigações.

Até então, as citações diretas que apareceram na reportagem, manifestaram-se em forma de sonoras, depoimentos gravados em áudio e vídeo, sem a marcação das aspas como no jornalismo impresso. No entanto, mesmo não sendo freqüentes, há momentos em que as aspas aparecem no texto televisivo, por exemplo, no off 2 quando se reproduz a imagem de um trecho do jornal O Tempo, de Minas Gerais, surge no vídeo em destaque a imagem do trecho entre aspas da entrevista de Expedito Veloso (ex-diretor do Banco do Brasil) publicado no jornal. Tal efeito de edição está indicado no lado esquerdo do script, lado próprio para esse tipo de marcação técnica. O recurso foi utilizado pelo editor porque a emissora de televisão não tinha a mesma declaração da fonte gravada em áudio e vídeo, que agora se fazia necessária, então, recorre-se ao arquivo do jornal impresso e faz-se uma imagem da declaração publicada na reportagem.

As citações diretas também aparecem na TV quando a fala do entrevistado é transcrita no vídeo sob forma de diálogo, como acontece nas sonoras 2 e 3 com o presidente Lula em entrevista às rádios de São Paulo. A seguir a transcrição da sonora 2 “_Você escolhe um companheiro para determinada função. No caso do pessoal que cuidava da pseudo inteligência da minha campanha, nem fui eu que escolhi, quem escolheu foi o presidente do partido que era o coordenador da campanha eleitoral.” Algumas suposições sobre a opção do editor em utilizar tal recurso de edição podem ser levantadas: a primeira delas pode ser o fato da equipe de reportagem não ter sido pautada para cobrir a entrevista do presidente, pois a declaração foi feita durante uma entrevista concedida à determinada emissora de rádio de São Paulo, assim a emissora de televisão só teve acesso ao áudio da entrevista; a outra, é que por se tratar de uma declaração impactante do presidente, em que ele chama de aloprados companheiros de seu próprio partido, optou-se por reforçar para o telespectador o conteúdo dito através da transcrição e assim tirar qualquer possibilidade de dúvida sobre o que ele realmente tenha pronunciado.

A função das aspas também aparece no telejornalismo quando o repórter ou o apresentador, mesmo não dizendo “abrem as aspas e fecham aspas”, deixam subentendido que as



palavras a serem ditas são exatamente o que a fonte disse durante a entrevista, por exemplo, o texto da nota retorno lido pela apresentadora Fátima Bernardes para encerrar a reportagem: “O único comentário dele sobre as declarações de Lula foi: ‘Se o presidente da república assim falou, está falado’”. Na televisão, sinais gráficos como as aspas perdem a função, já que elas, em alguns casos, exceto os demonstrados acima, não podem ser visualizadas, então a opção é identificar ao telespectador a fonte que proferiu as palavras a serem ouvidas na sequência, como se pode notar no exemplo acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o objetivo deste artigo de investigar como se constitui o discurso relatado no telejornalismo a partir do formato informativo reportagem e identificar as marcas de heterogeneidade mostrada e marcada que aparecem no texto, verificou-se que as citações com o discurso indireto são frequentes nos offs, mas aparecem também nas cabeças, passagens e nota retorno. Elas podem servir tanto para introduzir a fala do entrevistado (sonora), acrescentar informações que em virtude do tempo da sonora (que não deve exceder de 30 segundos, segundo os manuais de telejornalismo), não puderam aparecer na fala. Ou ainda quando a equipe de reportagem não conseguiu por algum motivo gravar a entrevista, mas o repórter tem tal informação e precisa divulgá-la.

Na reportagem sobre a compra do dossiê há um excesso de citações tanto com o discurso direto quanto com o indireto, o que ocorre devido ao conteúdo da reportagem, um assunto polêmico envolvendo partidos políticos em época eleitoral. Como analisa Benites, “é uma forma da qual o locutor citante deseja preservar-se” (BENITES, 2002, p. 102)

As citações em discurso direto, manifestadas por meio das sonoras é um dos grandes diferenciais que conferem, em muitos casos, maior credibilidade aos telejornais: o repórter esteve lá, falou com a fonte e registrou tudo que ela disse para mostrar ao telespectador, para que ele veja e acredite, pois na TV ele está vendo e ouvindo o que o entrevistado disse, não está lendo o que ele declarou.

Mas além das marcações explícitas das heterogeneidades analisadas no tópico anterior, é possível observar que a escolha das modalidades de citação e dos discursos, seja ele direto ou



indireto, utilizados na construção do texto telejornalístico resultam em estratégias argumentativas que geram efeitos de sentidos.

De toda a reportagem sobre a compra do dossiê, que contém três offs e três sonoras, dois offs e duas sonoras destacaram em discurso direto e indireto, a fala do presidente dizendo mais uma vez que não sabia de nada e que por isso não pode ser responsabilizado pelos fatos. Discurso esse utilizado pelo presidente Lula desde 2005 quando veio à tona o escândalo do mensalão.

A reportagem estudada recupera em sua essência esse discurso de Lula, quando destaca no texto e na edição, trechos da declaração do presidente que evidenciam a sua constante alegação de falta de conhecimento sobre os escândalos envolvendo políticos do PT. Dessa forma, o Jornal Nacional marca seu posicionamento ideológico e político em relação ao comportamento do presidente diante dos fatos, desaprovando suas alegações. “Evidencia-se, assim, que o jornal exerce uma função política, mediante a utilização de dispositivos sutis, entre os quais contam: a apresentação, em tom aparentemente imparcial (...) a escolha do trecho de um discurso a ser relatado e a forma como se dá esse relato.” (BENITES, 2002, p. 12)

Tais conclusões só foram possíveis depois da avaliação da superfície textual, que contem as marcas utilizadas na reportagem que identificam o discurso e a presença do outro também na prática telejornalística, lugar onde comumente tem-se a ilusão da objetividade das informações. A subjetividade é uma característica constitutiva de toda atividade de linguagem, pode-se dizer que não existem textos objetivos, mas estratégias discursivas que produzem efeito de objetividade. Em seu estudo, Benites (2002) também estuda e objetividade nos jornais, dados que podem ser transpostos para o telejornal:

“(...) a citação ou o relato do discurso do outro – oferece material importante para o desvendamento de estratégias utilizadas pelo jornal para conseguir imprimir a aparência de objetividade e ocultar os índices de subjetividade naturalmente constitutivos do discurso.” (BENITES, 2002, p. 12)

Citar é comentar, e sendo assim a produção jornalística está massivamente calcada nos relatos de outros discursos, de outros sujeitos, produzidos em diferentes momentos com



objetivos variados e que são reproduzidos em rede nacional servindo para a grande maioria da população brasileira como a única fonte de informação sobre os acontecimentos que os cercam.

Reconhecendo a variedade de discursos que compõe a produção da informação, compreende-se também a necessidade de se ter amplo acesso às diferentes vertentes telejornalísticas, se fosse assim, talvez não teríamos por 39 anos o mesmo telejornal líder de audiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Cadernos de Estudos Lingüísticos, v.19, p. 25-42, 1990.

BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5ed.São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN. M. **Problemas da poética de Dostoiéski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte&Ciência, 2002.

REDE GLOBO, **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PATERNOSTRO, V. Í. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REZENDE, G. J. de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

AITH, M. GUANDALINI, G. **A PF finge que investiga**. REVISTA VEJA, nº 38, p. 76-77, setembro, 2006.